

O SEQUESTRO DA CIDADANIA PELO NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO ESCOLAR DO ESTADO DO PARANÁ COM A IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO CÍVICO-MILITAR

Dayane Marques Mashiba (PIBIC/CNPq/FA/UEM),
Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora). E-mail: mcgmachado@uem.br
Italo Ariel Zanelato (Coorientador). E-mail: iazanelato@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Educação, Fundamentos da Educação

Palavras-chave: Colégio Cívico-Militar, Cidadania, Neoliberalismo.

RESUMO

Este trabalho analisa criticamente a militarização das escolas públicas no Paraná, com foco nos Colégios Cívico-Militares (CCM) e na disciplina “Cidadania e Civismo”. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, entendendo a escola como espaço de difusão da ideologia dominante e de reprodução das desigualdades sociais. Foram examinados documentos oficiais, como o Decreto nº 10.004/2019, e estudos de autores como Horta (1994), Saviani (2007), Cunha (2019) e Frigotto (2020), que apontam para os limites e contradições desse modelo educacional. Os resultados evidenciam que a militarização escolar, sob o discurso de melhoria da qualidade, disciplina e cidadania, reforça valores conservadores e autoritários. A disciplina “Cidadania e Civismo” assume caráter normativo, prescrevendo condutas de obediência, patriotismo acrítico e hierarquia, o que enfraquece a pluralidade cultural e a formação crítica. Além disso, o modelo contraria o princípio constitucional da gestão democrática, gerando tensões ao impor padrões disciplinares que não dialogam com a diversidade social dos estudantes. Conclui-se que os colégios cívico-militares não constituem solução para os problemas da educação pública, mas atualizam práticas autoritárias historicamente presentes, contribuindo para a naturalização de desigualdades e a limitação da autonomia dos sujeitos. Em contraposição, defende-se a necessidade de consolidar uma escola pública democrática, laica e crítica, voltada à emancipação intelectual, à valorização docente e à formação de cidadãos capazes de compreender e transformar a realidade social.

INTRODUÇÃO

A militarização das escolas públicas, por meio dos Colégios Cívico-Militares, tem se configurado como uma política educacional marcada por contradições. De um lado, apresenta-se sob o discurso oficial de melhoria da qualidade educacional; de outro,

revela-se como projeto político-ideológico vinculado à reprodução de valores conservadores e à limitação da formação crítica dos estudantes.

Esse processo não é inédito na história brasileira. Desde o Estado Novo, como analisou Horta (1994), a educação tem sido utilizada como instrumento de legitimação de práticas autoritárias e de controle social. Mais recentemente, documentos como o Decreto nº 10.004/2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), e sua adoção no Paraná, expandindo-se para 312 instituições, demonstram a permanência dessa tradição de vincular a escola a valores cívico-patrióticos como forma de naturalizar a ordem vigente.

Do ponto de vista teórico, este estudo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, segundo os quais a escola constitui espaço privilegiado de difusão da ideologia dominante. Assim, a disciplina “Cidadania e Civismo” é problematizada como mecanismo de inculcação de padrões de conduta alinhados aos interesses de classe.

Diante disso, o objetivo é analisar criticamente a militarização das escolas, tomando como foco a disciplina “Cidadania e Civismo” e suas implicações ideológicas na formação dos estudantes. O problema que orienta a pesquisa pode ser resumido na seguinte questão: quais contradições políticas e pedagógicas emergem da implementação dessa disciplina nos colégios cívico-militares e como elas expressam a disputa hegemônica pelo controle da educação pública no Brasil?

MATERIAIS E MÉTODOS

O arcabouço teórico foi construído a partir da leitura sistemática de documentos oficiais, como o Decreto nº 10.004/2019 e legislações correlatas, e de bibliografia crítica sobre cidadania, civismo e militarização escolar. Em diálogo com o resgate histórico já apresentado na introdução, considerou-se também a análise de Horta (1994) sobre o uso da educação como instrumento de legitimação autoritária no Estado Novo.

Para subsidiar a reflexão, foram mobilizados especialmente Marx e Engels. Em “A Ideologia Alemã” (2011), os autores demonstram que a ideologia dominante em cada época é a da classe dominante, o que permite compreender a escola como espaço de reprodução das desigualdades. Já em “Anti-Dühring” (2015), Engels discute a moralidade como construção histórica condicionada pelas relações de produção, o que possibilita problematizar os discursos de “patriotismo” e “boa conduta” difundidos nos colégios cívico-militares.

Metodologicamente, a pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, pautada no materialismo histórico-dialético. Essa perspectiva orienta a análise das contradições teóricas, políticas e pedagógicas presentes na disciplina “Cidadania e Civismo”, compreendendo-a como parte de um movimento mais amplo de reprodução das desigualdades sociais e de consolidação de mecanismos de controle ideológico na educação pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada neste trabalho demonstrou que a militarização das escolas públicas, materializada nos colégios cívico-militares, não representa uma resposta efetiva aos desafios educacionais do Brasil, mas sim a continuidade de um projeto político-ideológico voltado à reprodução da ideologia dominante e ao reforço de valores conservadores. Sob o discurso oficial de melhoria da qualidade da educação, promoção da disciplina e formação cidadã, observa-se a incorporação de práticas que limitam a autonomia dos sujeitos, enfraquecem a pluralidade cultural e reduzem o papel crítico da escola.

Ao resgatar a tradição autoritária presente desde o Estado Novo, como mostrou Horta (1994), e ao analisar documentos recentes, como o Decreto nº 10.004/2019, torna-se evidente que a vinculação entre educação, civismo e disciplina patriótica constitui estratégia de controle social historicamente recorrente no país. As contribuições teóricas de Marx e Engels, especialmente em “A Ideologia Alemã” e “Anti-Dühring” (2015), foram essenciais para compreender como a escola, em contextos de hegemonia burguesa, torna-se instrumento de difusão da ideologia dominante, naturalizando desigualdades e condicionando a formação de valores e condutas alinhadas aos interesses de classe.

Os resultados indicaram que o modelo cívico-militar, longe de consolidar uma educação democrática e emancipadora, aprofunda as contradições do sistema educacional ao impor padrões de obediência, hierarquia e homogeneização cultural que não dialogam com as diversidades da realidade escolar brasileira. Nesse sentido, corroborando as críticas de Frigotto (2020), Cunha (2019) e Saviani (2007), entende-se que a militarização não responde aos problemas estruturais da educação pública, mas os desloca para uma perspectiva imediatista e autoritária.

Diante disso, reafirma-se a necessidade de uma escola pública democrática, laica e crítica, orientada para a emancipação dos sujeitos e para a formação de cidadãos capazes de compreender e transformar a realidade social. Isso implica investir em políticas de valorização docente, em infraestrutura adequada, em currículos que contemplem a diversidade cultural e em práticas pedagógicas que promovam a reflexão crítica e a participação democrática. Somente assim a educação poderá cumprir seu papel de instrumento de transformação social e de superação das desigualdades historicamente construídas.

CONCLUSÃO

A análise demonstrou que a militarização das escolas públicas, materializada nos colégios cívico-militares, não constitui solução para os desafios educacionais, mas atualiza práticas autoritárias historicamente presentes na educação brasileira. Sob o discurso de qualidade, disciplina e cidadania, reforça a reprodução da ideologia dominante, limita a autonomia dos sujeitos e aprofunda desigualdades ao impor padrões de obediência e homogeneização cultural.

Diante disso, reafirma-se a necessidade de uma escola pública democrática, laica e crítica, orientada à emancipação dos sujeitos. Isso implica investir na valorização docente, em infraestrutura adequada, em currículos que contemplem a diversidade cultural e em práticas pedagógicas que promovam reflexão crítica e participação

democrática. Somente assim a educação poderá cumprir seu papel de transformação social e superação das desigualdades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa, essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Estendo minha gratidão à orientadora, professora Doutora Maria Cristina Gomes Machado, e ao coorientador, professor Doutor Italo Ariel Zanelato, que, com dedicação e compromisso, me auxiliaram ao longo desta pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 set. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e autoritarismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o Senhor Eugen Dühring.** 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A reforma do ensino médio do golpe.** 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2020.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945).** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.